



VOCAÇÃO ATLÂNTICA DA AMÉRICA DO SUL

Therezinha de Castro

Geógrafa do IBGE, Professora de História do Colégio Pedro II, Bacharel e licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Membro da Sociedade Brasileira de Geografia no grau de Mestre em Brasília — Ordem das Cinco Estrelas.

Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia no Setor de Política Internacional, Professora de Geo-história da Faculdade de Humanidades Pedro II, Diretora do Setor de Geografia e História do Instituto Brasileiro de Estudos Artísticos.

"A OTAN não deve se esquecer que a influência e os interesses de seus membros não se limitam apenas à zona de aplicação do Tratado e que os acontecimentos exteriores a essa zona podem afetar gravemente os interesses coletivos da Comunidade Atlântica. Todos devem pois, se esforçar para melhorar as relações entre si, reforçar a unidade dos Países-Membros, procurando também se empenhar em harmonizar suas políticas com outras partes do Mundo."

*(Carta Moral da OTAN — 13 de dezembro de 1956 —
Capítulo I — Artigo 32)*

1. Aspectos Geo-históricos

a) Posicionamento

Envolve a América Latina, contrastando com a América Anglo-Saxônica, cortada pelo equador e trópico de Capricórnio, a posição geográfica da América do Sul lhe confere mais a categoria de continente do hemisfério sul.

Com a forma grosseira de um triângulo, a parte mais larga do continente sul-americano se concentra na zona equatorial terrestre; estreita-se ao atingir a zona temperada, afunilando-se ao atingir seu vértice meridional. Nos seus dois extremos, quer na zona mais larga, ocupada pela depressão Amazônica — quente, chuvosa e com densa floresta —, quer no seu setor mais estreito, frio e estéril, o continente se apresenta pouco favorável ao estabelecimento humano.

Como a América do Sul se encontra grosso modo dentro das baixas latitudes, para evitar as terras de clima quente, a população, notadamente a do lado do Pacífico, vive, numa proporção de 8/4, nas zonas mais altas. Em contrapartida, levando-se em consideração a função de atração do Atlântico, posicionado em maior proximidade com a América do Norte, Europa e África, as maiores densidades populacionais continentais propriamente ditas se concentram neste litoral, fazendo do Brasil o país mais populoso do conjunto.

Pela existência das zonas repulsivas no continente, formaram-se as zonas geopolíticas neutras, que pelo seu posicionamento predispuseram os países sul-americanos a uma dissociação econômica e psicossocial, vivendo de costas uns para os outros, em função do Atlântico ou Pacífico.

Assim, numa conclusão sobre a posição e posicionamento da América do Sul destaca-se, dentro dos antagonismos, a oposição das duas vertentes oceânicas:

- A do Pacífico, no oeste, "mar solitário" de navegação extensiva, com feixes de circulação regionais.
- A do Atlântico, no leste, de navegação intensiva, com feixes de circulação intercontinentais, enlacando as Américas, a Europa e a África.

b) Fisiografia

Envolvendo-se em duas vertentes oceânicas, o continente sul-americano pode ser caracterizado, fisiograficamente, por duas zonas longitudinais.

A primeira zona longitudinal é formada pelos Andes, prolongando-se de norte para sul por mais de 7.000 km, formando uma verdadeira barreira ao longo do oceano Pacífico. Essa barreira andina leva a América do Sul a voltar-se para o Atlântico em seu "destino manifesto".

A segunda zona longitudinal fisiográfica do continente, formada por três planícies e três planaltos que se intercalam são estruturalmente participes do Atlântico.

Examinando-se a cordilheira dos Andes, verificamos que seu sistema de transfusão entre as vertentes do Pacífico e Atlântico se encontra nos passos e nós.

Os passos, passagens naturais nos colos das montanhas, possibilitam o contato entre as duas vertentes. Os passos andinos mais importantes são: o de Upsalata entre a Argentina e o Chile, aproveitado pela ferrovia Buenos Aires—Mendoza—Valparaíso; e o de Santa Rosa que levã o sistema ferroviário boliviano até Arica no Chile.

Comparando-se os dois passos no momento atual, vemos que o de Upsalata leva mais o Pacífico para o Atlântico, enquanto o de Santa Rosa ainda se restringe ao Pacífico. Esse posicionamento poderá vir a ser mudado em benefício do corredor de exportação de Santos, quando o Acordo de Cochabamba for executado, completando-se o trecho ferroviário entre Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba.

Os nós ou "nudos", apresentam-se sob a forma de planaltos que circundam um alto pico. Esses nós, enfeixando várias ramificações andinas, se constituem em centros de dispersão de águas; se encontram nas linhas de menor resistência dos Andes, acima dos 3 mil metros de altitude, entre 5° e 15° de latitude sul.

A importância funcional desses nós com relação à vertente atlântica se concentra na posição que ocupam no anfiteatro da Amazônia. Os principais nós andinos são: o de Pasto, o de Loja, o de Cerro Pasco e o de Vilcanota também conhecido por Cuzco.

O nó de Pasto na Colômbia e o de Loja no Equador olham para os vales do Putumaio e Marañon respectivamente, aguardando as vias de acesso para o Atlântico, ainda por se desenvolverem. O nó de Cerro Pasco, no Peru, se divide entre os vales amazônicos do Marañon e Purus. Enquanto o nó de Vilcanota prolonga o de Cerro Pasco em direção ao vale do Madeira.

Sabemos que a bacia Amazônica se constitui numa sub-região de conexão entre duas áreas de importância geoestratégica no continente — o Caribe e o altiplano Boliviano, este último considerado o "heartland" da América do Sul. Nessas condições, quando a bacia Amazônica for melhor aproveitada e, com a integração se transformar em centro de atração, ao invés de zona repulsiva, essas aberturas andinas despejarão, no Atlântico, grande parte das riquezas do continente, sobretudo, as em potencial das zonas geopolíticas neutras.

Em análise geral, observamos que as planícies do Orenoco, Amazônica e Platina são regadas por bacias hidrográficas que levam o continente, em seu "destino manifesto", a se voltar para o Atlântico Sul do qual são tributárias. Por sua vez, enquanto os planaltos das Guianas e da Patagônia buscam o Atlântico, apresentando o declive em sua direção, o planalto Brasileiro pende para o interior, buscando ainda o norte e o sul. Por sua disposição, o planato Brasileiro demonstra sua

vocação não somente continental como também de enlace entre as bacias Amazônica e Platina.

Por seu posicionamento, o planalto Brasileiro, envolvendo o centro geográfico do continente, favoreceu o movimento bandeirantista rumo ao oeste, levando os portugueses, detentores já da melhor porção no Atlântico, a conquistar o mais vasto "hinterland" na América do Sul. Vemos pois, aí, o fator geo-histórico que levou o Brasil a ocupar 47,3% da superfície do continente.

Numa conclusão geral sobre a fisiografia do continente sul-americano, podemos afirmar que:

- A unidade fisiográfica Andina contribuiu para a implantação de um único estabelecimento colonial — o espanhol, estendendo-se de norte para o sul, na vertente isolada do Pacífico.
- Já a variedade fisiográfica na vertente mais disputada do Atlântico, contribuiu para a implantação de vários estabelecimentos coloniais — o espanhol, o português, o inglês, o francês e o holandês.
- Ainda dentro dos antagonismos, do lado do Pacífico, não se destaca nenhum grande rio, nenhuma grande bacia hidrográfica; o litoral é pobre em articulações e, em grande parte, desvinculado do interior, e quer pelos nós, quer pelos passos, a região se projeta para uma mais forte associação com o Atlântico.
- Em contrapartida, do lado do Atlântico se encontram não só vários rios navegáveis como as mais importantes bacias hidrográficas. Essa rede fluvial associada às articulações litorâneas existentes do lado do Atlântico, favorecem a instalação de melhores portos. Complementa ainda esse quadro, o relevo mais baixo, favorecendo a intensa vinculação "hinterland"-litoral.

c) Partilha Política

Observamos que sob o ponto de vista fisiográfico o continente sul-americano não se apresenta tendente a uma unificação política; por outro lado, vemos também que sua fisiografia não condiz com a desagregação atual.

Com uma superfície de 18.000.000 de km² é verdade que o continente apresenta grande número de paisagens; e, dentro dessa variedade de paisagens vivem, divorciados de sua geografia, os povos sul-americanos. Justifica esse fato o próprio traçado das fronteiras políticas, por vezes obra inconsciente de revoluções, muitas das quais chegaram mesmo a desprezar a divisão colonial bem mais coerente.

Na América do Sul, em função da linha de Tordesilhas (1494), o território espanhol, virado para o Pacífico, possuía apenas neugas litorâneas no Atlântico onde os 2.800.000 km² das terras portuguesas concentravam a melhor parcela

lo morto da América do Sul, na praticamente abandonada rota do estreito de Magalhães.

Tendo em vista esta divisão política, formar-se-iam, na América do Sul, duas áreas dependentes do Atlântico:

- Os Vice-Reinos do Peru e de Nova Granada, bem como a Capitania da Venezuela, na dependência do istmo do Panamá, no Atlântico Norte.
- Por outro lado, tendo em vista a existência de uma zona geopolítica neutra se estendendo pelo interior do continente desde o planalto das Guianas até o da Patagônia, o Vice-Reino do Prata passou a viver isolado das demais unidades espanholas, ao lado do Estado do Brasil, voltado para o Atlântico Sul. Podemos pois, observar, que não houve, na realidade, luta pela posse de terras entre o Brasil e a América Espanhola propriamente dita, mas sim entre os portugueses e os espanhóis quando estes últimos chegaram ao Atlântico Sul e passaram a viver isolados de seu conjunto no Vice-Reino do Prata.
- O isolamento do Chile no Pacífico levou-o, desde épocas remotas, a procurar o Atlântico, quer pelo planalto da Patagônia, quer pelos estreitos no sul do continente.

Quanto ao Estado do Brasil associado ao Reino de Portugal e Algarves, foi uno tanto política como economicamente, em sua constante vocação Atlântica, já que foi em nosso próprio núcleo geo-histórico que se estabeleceram todos os nossos ciclos econômicos.

Enquanto o ciclo da cana-de-açúcar posicionava o nosso ângulo nordestino como ecúmeno estatal, a capital se manteve em Salvador. Quando esse ecúmeno estatal se deslocou mais para o sul, com o ciclo da mineração, coincidentemente no mesmo momento em que se intensificava a tensão na zona Platina, a capital foi instalada no Rio de Janeiro.

Notamos pois, que os três ciclos iniciais de nossa vida econômica, se seja da cana-de-açúcar e da mineração associamos o do pau-brasil de economia recoletores, se desenvolveram na mais estreita dependência do Atlântico. Toda comunicação só podia ser feita, mesmo entre as Capitanias, pelo Atlântico; até mesmo as Entradas tinham as suas incursões proibidas além da linha de Tordesilhas.

Em fins do século XVI, precisamente em 1580, unem-se as monarquias Ibéricas; desaparecia a fronteira de Tordesilhas e caindo o obstáculo da penetração, se inicia a penetração portuguesa para o "hinterland" através das Bandeiras, devidamente legalizadas pelo rei Felipe da Espanha. Era a vocação continental da Espanha, que já interiorizara sua capital em Madrid, em oposição à mentalidade marítima de Portugal, que iria prevalecer, como fator geo-histórico, no alargamento de nossas fronteiras.

Com a união das monarquias Ibéricas o Brasil, através de Portugal, herdou também os inimigos europeus da Espanha. Nessas condições, seria notória a cobiça

em nosso território, melhor posicionado no Atlântico, pelos franceses (1618) e holandeses (1630) no Nordeste e pelos ingleses (1639) na Amazônia.

Como consequência imediata dessas cobiças, por razões defensivas, realizava-se a bandeira militar de Pedro Teixeira (1637), que diferiu das demais realizações na época, incluídas no contexto econômico da caça ao índio ou mineração.

Expulsos os franceses do Maranhão, os holandeses do Nordeste e frustrados os intentos de Jaime I da Inglaterra na Amazônia, instalava-se no território americano português uma espécie de Marca medieval. É que o perigo representado pelo avanço com a penetração dos franceses, holandeses e ingleses no setor guianense, obrigava os portugueses a uma descentralização forçada, com a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão comandado provisoriamente por S. Luiz e depois defendido pela fortificação de Belém, dependendo diretamente de Lisboa, separado, portanto do Estado do Brasil (1637-1808). A junção foi automática, quando da elevação do Brasil a Reino Unido ao de Portugal, em 1643. Na coesão geo-histórica que sempre existiria entre os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão, tiveram grande significado as Bandeiras de Antônio Raposo Tavares (1628-1648).

As diretrizes desordenadas dessas Bandeiras em direção ao Tape, ao Guaiçaba e ao Itatin, culminaram com a colonização do Rio Grande do Sul (1740) e a subsequente criação das Capitanias de Mato Grosso e Goiás (1749). Do Itatin (sul de Mato Grosso), Antônio Raposo Tavares passou-se da bacia do Prata para a Amazônia, enlaçando, pelo interior, os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão.

Podemos pois, afirmar que, sob o ponto de vista geopolítico, Mato Grosso, em nossa zona geopolítica neutra, foi o enfoque de união entre os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão. O Itatin, hoje Mato Grosso do Sul, viveria sempre dentro da esfera econômica e política do Prata, tendo mesmo sofrido as consequências de nossas guerras nessa zona de fricção. Já o atual Estado de Mato Grosso do Norte, comandado pelo núcleo aurífero de Cuiabá, esteve sempre numa maior dependência da bacia Amazônica. Dentro, pois, das conotações geo-históricas, tem sentido geopolítico a divisão do antigo Estado de Mato Grosso em duas Unidades Administrativas dentro da atual Federação (Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977).

Como conclusão geral, em se tratando da partilha política da América do Sul, podemos notar:

- Um divisionismo maior do lado do Pacífico, e maior coesão política no setor Atlântico, ocupado em sua maior parte pelo Brasil. Isto dentro do princípio geopolítico de que a montanha separa ou produz o fenômeno cantonalista, enquanto os vales e planícies unem.
- Da descentralização representada pelas oito Audiências surgiram, na América do Sul, as oito repúblicas de língua espanhola. Surgiram crian-

do entre si fronteiras políticas, desrespeitando a fronteira geo-histórica.² Em contrapartida, ignorando a existência dos dois Estados Coloniais, implantava-se a unidade no Brasil, traçando sua fronteira política respeitando a fronteira geo-histórica.

d) Regiões Naturais

Com o transcorrer do tempo, circunstâncias locais conseguiram imprimir um caráter determinado a espaços geográficos sul-americanos. Nessas condições, seguindo a classificação de Levi Marrero, podemos distinguir na América do Sul 4 regiões naturais, integradas no conjunto continental.

- A Região do Caribe (Colômbia, Venezuela e Guianas) unindo as vertentes do Atlântico e Pacífico, mas se posicionando com o canal do Panamá, no Atlântico Norte.

Pelo fator colonização é a menos coesa, com a presença da cultura espanhola, inglesa, holandesa e francesa. É, na atualidade zona de grande vulnerabilidade, sobretudo se levamos em conta o estágio geopolítico dito "infantil", ainda de futuro incerto das Guianas.

- A Região do Pacífico (Equador, Peru e Chile), países apoiados na cordilheira dos Andes e oceano Pacífico. Os dois fatores fisiográficos concorrem para maior isolamento desta região tanto no continente como para o resto do mundo. Isolamento do qual procura fugir o Chile ao adquirir uma nesga de terra no Atlântico através do canal de Beagle que a Argentina contesta.

Levando-se em conta o fator colonização, há coesão tanto pelo elemento espanhol quanto pelo inca autóctone.

- A Região Interior (Paraguai e Bolívia) nos mostra a vivência de "países enclausurados", na contingência de seus vizinhos, em busca de saídas marítimas.
- É finalmente a Região do Atlântico (Brasil, Uruguai e Argentina) valendo-se do melhor posicionamento no continente a beira do oceano mais movimentado.

Numa análise geral das regiões naturais da América do Sul observamos que o continente está bem mais voltado para o Atlântico, visto que mesmo a parte interiorizada e andina, tende ou busca esse oceano.

² — É a que separa dois povos diferentes culturalmente. São as fronteiras antropogeográficas de Ratzel e as fronteiras de civilização de Ancel, que prefere destacar a língua como melhor "recurso" separador. O termo fronteira geo-histórica é usado por Vicens Vives, de quem também adotamos os termos núcleo geo-histórico e ecúmeno estatal; o primeiro como sendo o local onde se realizou todo o ímpeto criador de uma cultura — a célula-mater do país; o segundo como sendo o local do país mais desenvolvido econômica e demograficamente. O oposto, país, da área geopolítica neutra.

O Atlântico envolve, sobretudo, mais intensamente o Brasil, o Uruguai e a Argentina, mas também o Paraguai e a Bolívia que juntamente com o Chile integram o chamado Cone Sul.

2. Aspectos Geopolíticos

a) O Cone Sul

Para fins didáticos, consideramos como países Atlânticos da América do Sul o grupo integrante do Cone Sul. O Brasil, o Uruguai e a Argentina banhados pelo Atlântico. A Bolívia e o Paraguai, países interiorizados, porém atraídos para o Atlântico, visto se envolverem na bacia Platina, tributária deste oceano. E finalmente Chile, vencedor por arbitramento da questão de Beagle que passou a ter, pelo menos até segunda ordem, uma pequena participação atlântica no extremo sul.

Esses países podem, sob o ponto de vista psicossocial, ser caracterizados em linhas gerais do seguinte modo:

- A Argentina e o Uruguai, dois vizinhos bem semelhantes, caracterizados por uma imigração européia maciça que absorveu a mestiçada população colonial, apresentam uma população urbana concentrada em Buenos Aires e Montevidéu, em sua maior parte alfabetizada.
- Já o Chile, que, à semelhança da Argentina e Uruguai, apresenta sua taxa de alfabetização na ordem dos 80%, não é tão caracterizadamente urbano, muito embora sua população venha procurando mais as cidades. Se bem que o Chile tenha recebido imigrantes europeus, notadamente alemães, sua população não é tão caracterizadamente européia, como a argentina e a uruguaia. Embora seja pequena a porcentagem indígena, calculada em cerca de 5%, a mestiçagem com o povo autóctone prevalece na ordem dos 60 a 80% no total populacional.
- A Bolívia conservou sua cultura indígena; no entanto seus grupos autóctones, representados pelos aimarás (na planície) e quíchuas (no altiplano) se isolam entre si como também da pequena porcentagem branca (10%), da qual rejeita, de um modo geral, a língua e os costumes. Mais rural do que urbana, a população boliviana é, em sua maioria, analfabeta (70 a 75%).
- O Paraguai se constitui num caso original no seio do Cone Sul. A região recebeu grupos negros, uma população européia notadamente espanhola e alemã, mas em contrapartida manteve o seu contingente indígena — guarani, não apresentando, pois, uma cultura que pudesse predominar de modo absoluto. Esse fato se prende ao aspecto geo-histórico. É que durante cerca de um século (1610-1767) os jesuítas estabeleceram, no Paraguai, uma espécie de teocracia indígena. Esse fato histórico associado ao isolamento geográfico, viria contribuir para o

dualismo lingüístico hispano-guarani e conseqüente mestiçagem. Como no passado, a cultura da população paraguaia é, grosso modo, rudimentar, porém homogênea. Como na Bolívia, a população paraguaia é mais rural do que urbana; como a Bolívia, o Paraguai também carece de comunicação própria com o mar, contando porém com melhor posicionamento, por se encontrar em parte mais desenvolvida do continente que o território boliviano. O contraste se resume no fato do Paraguai ser, populacionalmente falando, mais coeso e ter seu ecúmeno estatal voltado para o Brasil, enquanto a Bolívia, carente de uma maior coesão, ter sua zona geopolítica neutra na fronteira com o nosso país.

Nessas condições, podemos concluir que das fronteiras-linha³ caracterizando nossos limites com o Uruguai, a população vai-se rarefazendo à medida que nos internamos na bacia do Prata até se caracterizar nitidamente como fronteira-faixa ao atingirmos a Bolívia.

b) Argentina: Luta contra o Centrifugismo

Com a forma triangular, a Argentina tem, como o Brasil, seu maior estreitamento voltado para o sul. A conquista do norte, tanto na Argentina quanto no Brasil, foi facilitada pelas planícies Platina e Amazônica, respectivamente; enquanto a maior dificuldade de penetração no sul se deveu, em grande parte aos planaltos da Patagônia e Brasileiro. Nessas áreas tanto na Argentina quanto no Brasil formaram-se zonas de fricção. No afunilamento do Brasil a luta se traduziu pela posse do Prata entre portugueses e espanhóis, chegando até o século XIX; no afunilamento da Argentina a luta se traduziu pela posse da Patagônia entre argentinos e chilenos, chegando até hoje com a disputa do canal de Beagle. No entanto, enquanto a área mais afunilada do Brasil é a que mais se envolve na zona temperada, ocorre o inverso na Argentina.

Assim, por sua posição, a Argentina é o país sul-americano que conta com maiores extensões de solos agrícolas de primeira classe, sobretudo na região dos Pampas, onde se concentra 2/3 da população do país. Na região natural dos Pampas Úmidos domina Buenos Aires, na boca do Prata, no ecúmeno estatal do país. A despeito da excelente posição de Buenos Aires, seu posicionamento no Atlântico apresenta desvantagens com relação aos portos brasileiros; é que a Argentina se constitui no terminal de rotas do Atlântico Sul, estando bem mais distante que o Brasil da Europa e América do Norte.

³ — Na classificação de fronteira-linha e fronteira-faixa tomamos Beckeuser como base (obra citada — pág. 137). Afirma o autor: "Esta, a hipótese do Brasil. Salvo o trecho meridional, nas lindes com o Uruguai, com a Argentina e *in partibus* com o Paraguai, todo o resto das nossas confrontações terrestres, até data bem recente, fins do século XIX, estava abandonado, desprezado, sem intercâmbio, sem vida. . . Ora, as fronteiras das potências européias dos tempos modernos não estão perdidas, em áreas sem gente. . . Donde: a fronteira de transformar em uma linha".

Num confronto, pois, entre o Brasil e a Argentina e seus respectivos posi-
 camentos no Atlântico, o nosso país ocupa, sem dúvida, a melhor porção desse
 ano no hemisfério sul, visto que suas águas mais movimentadas estão entre o
 ador e o paralelo de 20° de Latitude norte.

O núcleo geo-histórico da Argentina, no estuário do Prata, foi incorporado
 1530 ao Reino de Portugal. Por haver ficado despovoado, cairia, seis anos
 ois, nas mãos dos espanhóis que aí fundavam Buenos Aires pela primeira vez. O
 ebecimento português na outra margem do Prata, precisamente na Colônia do
 ramento (1680), iria transformar a área numa zona de fricção, onde as fronteiras
 s⁴ foram constantes até o século XIX.

A formação desta zona de fricção iria contribuir para o estabelecimento das
 ntes diretrizes geopolíticas:

- Enquanto os portugueses mudavam a capital do Estado do Brasil para a
 cidade do Rio de Janeiro (1763), por se encontrar mais próxima dessa
 zona de fricção que Salvador, os espanhóis criavam o Vice-Reino do
 Prata (1776) para maior defesa da região.
- Enquanto os espanhóis ocupavam os campos interiorizados do Uruguai
 para manter os portugueses ilhados na Colônia do Sacramento, os
 portugueses procuravam barrar um maior avanço dos espanhóis inician-
 do a colonização do Rio Grande do Sul (1740).
- Enfrentando essa luta de conquista formava-se a primeira Argentina,
 dominada pelo centripetismo de Buenos Aires.

Quer na formação territorial do espaço argentino, quer no esfacelamento
 Vice-Reino do Prata, o problema se ateve sempre no centripetismo de Buenos
 Aires. Contra esse centripetismo conseguiram se sobrepor o cantonalismo paraguaio
 boliviano, que no centrifugismo se constituíram em dois países separados da
 Argentina, quebrando a unidade do Vice-Reino do Prata.

Se no Congresso de Tucumán de 1813 os portenhos de Buenos Aires
 fossem aceito a idéia dos arribenhos e andinos para a interiorização da capital,
 talvez pudesse ter sido salva a unidade do Vice-Reino do Prata. A luta entre
 Caracas, Tucumán e Buenos Aires pela capitalidade do país que se formava, já tivera
 precedente nos Estados Unidos onde Nova York, Filadélfia e Boston perseguiram o
 mesmo ideal. Uma capital artificial — Washington — salvou a federação nos
 Estados Unidos e teria, por certo, salvo a união do Vice-Reino do Prata.

Classificação que toma, mais uma vez, Backeuser por base quando afirma: "a fronteira viva é, em
 essência, uma região de fricção, através da qual, mais dia menos dia, surgem ou se agravam
 conflitos internacionais, políticos, ou de ordem fiscal e administrativa, ensejando demonstrações
 de força militar". (Obra citada — pág. 157.) Brunhes e Vallaux preferem o termo fronteiras de
 tensão; considerando como fronteiras mortas, quando a tensão não tem mais razão de ser, tendo,
 pois, se chegado a um acordo. (Vide obra citada — pág. 353.)

Justificando o centripetismo escreve Juan Alvarez (Estudio sobre las Guerras Civiles Argentinas — pág. 55): "O rio da Prata é a artéria através da qual se comunicam com a Europa enormes zonas do território brasileiro, boliviano e paraguaio, além das províncias argentinas de Corrientes, Entre Rios e Santa Fé. Sujeitar os produtos de tão imensa região ao porto único de Buenos Aires — desprovido naquela data de diques e até de águas profundas — era empresa que só pela força podia prosperar". Em pleno século XIX ante as dificuldades de conciliar os interesses de portenhos, arribenhos e andinos dizia Justo J. de Urquiza em sua Mensagem ao Congresso de 1854: "Nossos distúrbios passados estão fundamentados sobre essa inoportuna disposição das populações; nossas futuras discórdias virão desta mesma causa".

Nessas condições, depois do Brasil com 8.500.000 km², a Argentina é o 2º maior país do continente com apenas 2.700.000 km², quando poderia, por direito histórico, abranger um território de pelo menos 6.000.000 de km².

Hoje, dentro do esquema integracionista tem grande importância o complexo ferroviário Zárate-Brazo Largo, inaugurado em fins de 1977, a 85 km de Buenos Aires. Nesta região, o rio Paraná se divide em dois grandes braços — o Paraná de la Palma e o Paraná Guazú, ficando entre ambos a ilha Talavera, de aproximadamente 30 km de largura. Construído aí, o complexo ferroviário transformou-se na conexão internacional entre a Argentina, o Uruguai, o Brasil e o Paraguai.

Os arribenhos das Províncias de Entre Rios, Corrientes e Misiones que estavam praticamente isolados da zona portenha, foram atraídos; além de atrair essa mesopotâmia argentina com cerca de 195.000 km², o complexo Zárate-Brazo Largo complementado por duas pontes sobre o rio Uruguai (Fray Bentos/Puerto Unzue e Colón/Paysandú) procura contrabalançar a influência brasileira em território uruguaio.

c) Bolívia: Pólos de Atração

O território boliviano, longe de se constituir numa unidade propriamente dita, se apresenta como um conglomerado de três regiões naturais distintas entre si e pertencentes a três unidades com valor próprio — os Andes, a bacia do Prata e a bacia Amazônica.

Observando no conjunto andino desde Guayaquil até a Patagônia, o altiplano boliviano tem a forma de um triângulo cujo vértice está em Cochabamba. Neste altiplano se soldam as duas linhas convergentes do norte e do sul; assim, o altiplano boliviano se constitui numa plataforma unificadora dos países do Pacífico (Chile e Peru), bem como numa zona de passagem para a Argentina. Esse mesmo altiplano envolvendo-se num setor marítimo que se estende de Mollendo no Peru a Antofagasta no Chile, condenou geopoliticamente a Bolívia a uma instabilidade que acabou por subtrair-lhe a saída que possuía para o Pacífico.

Se amarrada aos Andes a Bolívia sofreu diretamente os efeitos discordantes entre o Chile e o Peru, envolvida pelas bacias Amazônica e Platina oscila entre o Brasil e a Argentina como pólo de atração.

No triângulo geopolítico formado por Cochabamba-Sucre-Santa Cruz de la Sierra, esta última cidade se constitui no pólo de atração mais solicitado rumo ao Atlântico. Isto porque, no sopé do altiplano, os 400 metros de altitude de Santa Cruz de la Sierra contrastam com os 2.000 metros de Cochabamba e Sucre. Assim, enquanto Cochabamba e Sucre puxam para Arica no Chile e Buenos Aires na Argentina, Santa Cruz de la Sierra, o centro econômico de toda a vertente oriental boliviana, onde é notória a riqueza petrolífera, puxa para o norte e leste em direção Brasil-Atlântico.

Em 1977 o Brasil firmou o Acordo de Cochabamba com a Bolívia, através do qual deverá estender os trilhos de Santa Cruz de la Sierra até esta cidade que já conecta com Arica no Chile. Completada essa transcontinental, o Brasil será também beneficiário neste corredor de exportação, pois nossos investimentos e comércio têm grandes interesses na Bolívia.

Em contrapartida, o pólo de atração leste, formado por Santa Cruz de la Sierra-Corumbá-Santos terá ainda maior valor, sabendo-se que na atualidade já leva ampla vantagem se comparado com o pólo de atração sul para Buenos Aires, porque:

- Santos se encontra a 1.600 km de costa acima de Buenos Aires.
- A distância Santos-Santa Cruz de la Sierra é mais curta em cerca de 700 km que a desta cidade boliviana até Buenos Aires.

Relacionando-se ainda com a Bolívia o pólo de atração norte, via bacia amazônica, será decisivo porém a mais longo prazo. A via deverá ocupar o Madeira-Iamoré, captando o transporte pelo rio Grande, francamente navegável a partir de quatro Oyos que fica a 200 km ao norte de Santa Cruz de la Sierra.

Conclui-se pois, que só quando forem suficientemente fortes os meios necessários para que se procedam essas conexões os pólos de atração da Bolívia estarão naturalmente vinculados ao Atlântico.

Sob o ponto de vista geoeconômico podemos dividir a Bolívia em duas áreas distintas — o altiplano e a planície.

O altiplano com altitudes sempre acima dos 4.500 metros, é uma das mais altas regiões habitadas do Globo. Ai se encontra toda a riqueza mineral boliviana em exploração — o estanho, que abrange 80% das exportações do país. Riqueza difícil de ser explorada, já que os filões se encontram entre os 4 e 5 mil metros, só sendo extraídos pelos nativos, os únicos que suportam o trabalho em zonas tão elevadas. Riqueza difícil de ser exportada quer via Arica no Pacífico ou Buenos Aires no Atlântico, pelo transporte oneroso. Assim, embora o altiplano seja apontado como o "Ruhr da América do Sul" é, na realidade, um "Ruhr" pouco produtivo.

Com 80% da população boliviana se concentrando no altiplano, a sua área de planície é a zona geopolítica neutra. A planície é promissora por suas terras aráveis, as próprias para a pecuária, por suas salinas, por suas jazidas de petróleo e de gás natural; considerada como o "celeiro da Bolívia", mas que na atualidade muito pouco produz.

Sob o ponto de vista histórico, no passado colonial o território boliviano girou nas órbitas dos Vice-Reinos do Peru através da Audiência de La Paz e do Prata onde estava a Audiência de Charcas (atual cidade de Sucre). Em função dessa dualidade, e conseqüente duplo núcleo geo-histórico no altiplano, a Bolívia tem hoje duas capitais — La Paz e Sucre. No período emancipacionista, em função do desentendimento entre os exércitos libertadores do norte (Bolívar) e sul (San Martín) surgiu a Bolívia. País, que com o correr dos anos vai se caracterizar pelos conflitos de fronteira com todos os seus vizinhos, o que lhe valeu a amputação de pouco mais da metade de seu território. Considerada como a "Polônia da América", a Bolívia não chegou a desaparecer do mapa como a Polônia Européia, mas em contrapartida do 2º posto entre os maiores países da América Latina passou a ocupar o 5º lugar com uma área de apenas 1.098.581 km², menor, portanto, que o nosso Estado do Pará (1.248.042 km²).

No conjunto de fatores geo-históricos que vêm contribuindo para as tendências desagregadoras do território boliviano completa o quadro o aspecto psicossocial, levando-se em conta a rivalidade do autóctone do altiplano e da planície. Embora predomine o ameríndio nas duas regiões (cerca de 53%) esta população não é coesa visto serem tradicionalmente inimigos os aimarás e os quíchuas. Os mestiços (22%) vêm em seguida, e finalmente a minoria branca (15%) que descende de espanhóis ou portugueses, visto que a migração européia de um modo geral foi quase nula para a Bolívia. Podemos assim dizer que os grupos humanos coabitam, sem muita convivência; donde, em seu cantonalismo a Bolívia ser considerada a "Suíça da América".

d) Paraguai: Mesopotâmia da América

Contrastando frontalmente com a Bolívia por sua unidade geográfica, coesão psicossocial e forte centralização política, destaca-se o Paraguai.

O grande fator de sua unidade reside no baixo relevo formado pela planície do Chaco, entrecortada de rios que lhe confere a característica de país mesopotâmico.

A disposição das linhas fluviais transforma o Paraguai, embora país interiorizado, num núcleo de 406.752 km² de território que se aproxima do mar. Nessas condições, o Paraguai confirma a tese de Ratzel de que: "o rio em territórios planos e em países meridionais é a força de atração entre os distintos pontos ribeirinhos" (Ratzel — La Terra e la Vita — Tomo II, pág. 166). Para Ratzel as diferenças nacionais numa mesma bacia hidrográfica se imprimem, correlativamente, nos três setores de seu curso — o inferior, o médio e o superior. Podemos

assim, de um modo geral, que territórios situados no curso inferior de uma bacia, como no caso do Uruguai e Argentina na foz do Prata, são independentes, visto que o curso d'água aí lhes assegura uma vida própria. Já os territórios localizados no curso superior, são os mais isolados; é o caso da Bolívia, tanto com relação à bacia Platina quanto à Amazônica. Já o Paraguai, envolvido no setor médio da bacia do Prata, servindo como traço de união entre a jusante e a nascente, transformou-se em zona de passagem, passando a sofrer incontestável ação do mar.

Nessas condições, contrabalançando a ação geoviária de Buenos Aires com relação ao Paraguai, o Brasil possui o corredor de exportação de Paranaguá, porto em melhor posicionamento que o argentino, na costa do Atlântico. Tanto o corredor de Paranaguá quanto o de Santos fluem para Mato Grosso do Sul, que passou a se constituir na região geopolítica chave para elo de união e atração com o Paraguai e a Bolívia. No entanto, quer pelo seu posicionamento, quer pelo grau de atração de seus vizinhos, o Paraguai é país bem mais caracterizadamente atlântico que a Bolívia.

e) Uruguai: Estado-Tampão

O caso particular do Uruguai encerra algumas exceções geopolíticas. Dentro da doutrina de Ratzel, por exemplo, contraria o fato de que sendo país na foz do Prata, banhado por litoral Atlântico próprio, poderia viver mais independentemente do que vive.

Não sendo Estado-Faixa-Fluvial, convertido em via de penetração como o Paraguai, a interdependência do Uruguai se liga, em especial, ao dualismo geo-histórico que lhe trouxe como herança o fenômeno da instabilidade geopolítica.

Agradando o secessionismo platino ao governo português, este reconheceu apenas logo a independência do Paraguai (1811) como invadiu o Uruguai (1816) para anexá-lo ao Brasil. Como Estado-Associado, a Província da Cisplatina foi fenômeno cantonalista para o Brasil até 1828, quando se transformou num Estado-Tampão. Por sua vez, enquanto esse Estado-Tampão afastava o Brasil da foz do Prata, impedia, separado da Argentina, que um só país dominasse essa entrada.

Território que se envolveu numa disputa que durou quase dois séculos (1763-1828), a instabilidade do Uruguai reflete, embora num âmbito mais restrito, o caso boliviano. Instabilidade urdida numa zona de fricção entre portugueses e espanhóis pela posse do Prata e que continuou entre o Brasil e a Argentina até a implantação do Estado-Tampão.

A despeito da dupla colonização, o Uruguai não chegou a se transformar em "Canadá Sul-Americano", visto não ser país bilingüe, muito embora se reflita na zona de influência luso-hispânica.

Embora vinculado às últimas ramificações do planalto meridional brasileiro dos Pampas argentinos, o dualismo geográfico uruguaio, pende, como ocorre com o Paraguai, para a Argentina, no pólo irreversível do estuário Platino. Nessas condi-

assim, de um modo geral, que territórios situados no curso inferior de uma bacia, como no caso do Uruguai e Argentina na foz do Prata, são independentes, visto que o curso d'água aí lhes assegura uma vida própria. Já os territórios localizados no curso superior, são os mais isolados; é o caso da Bolívia, tanto com relação à bacia Platina quanto à Amazônica. Já o Paraguai, envolvido no setor médio da bacia do Prata, servindo como traço de união entre a jusante e a nascente, transformou-se em zona de passagem, passando a sofrer incontestável ação do mar.

Nessas condições, contrabalançando a ação geoviária de Buenos Aires com relação ao Paraguai, o Brasil possui o corredor de exportação de Paranaguá, porto em melhor posicionamento que o argentino, na costa do Atlântico. Tanto o corredor de Paranaguá quanto o de Santos fluem para Mato Grosso do Sul, que passou a se constituir na região geopolítica chave para elo de união e atração com o Paraguai e a Bolívia. No entanto, quer pelo seu posicionamento, quer pelo grau de atração de seus vizinhos, o Paraguai é país bem mais caracterizadamente atlântico que a Bolívia.

e) Uruguai: Estado-Tampão

O caso particular do Uruguai encerra algumas exceções geopolíticas. Dentro da doutrina de Ratzel, por exemplo, contraria o fato de que sendo país na foz do Prata, banhado por litoral Atlântico próprio, poderia viver mais independentemente do que vive.

Não sendo Estado-Faixa-Fluvial, convertido em via de penetração como o Paraguai, a interdependência do Uruguai se liga, em especial, ao dualismo geo-histórico que lhe trouxe como herança o fenômeno da instabilidade geopolítica.

Agradando o secessionismo platino ao governo português, este reconheceu não apenas logo a independência do Paraguai (1811) como invadiu o Uruguai (1816) para anexá-lo ao Brasil. Como Estado-Associado, a Província da Cisplatina foi fenômeno cantonalista para o Brasil até 1828, quando se transformou num Estado-Tampão. Por sua vez, enquanto esse Estado-Tampão afastava o Brasil da foz do Prata, impedia, separado da Argentina, que um só país dominasse essa entrada.

Território que se envolveu numa disputa que durou quase dois séculos (1680-1828), a instabilidade do Uruguai reflete, embora num âmbito mais restrito, o caso boliviano. Instabilidade urdida numa zona de fricção entre portugueses e espanhóis pela posse do Prata e que continuou entre o Brasil e a Argentina até a implantação do Estado-Tampão.

A despeito da dupla colonização, o Uruguai não chegou a se transformar num "Canadá Sul-Americano", visto não ser país bilingüe, muito embora se reflita como zona de influência luso-hispânica.

Embora vinculado às últimas ramificações do planalto meridional brasileiro aos Pampas argentinos, o dualismo geográfico uruguaio, pende, como ocorre com Paraguai, para a Argentina, no pólo irreversível do estuário Platino. Nessas condi-

ções, como se não bastasse a cidade de Colônia diante de Buenos Aires, estabeleceu-se La Plata a meia-distância de Buenos Aires e Montevidéu.

Em contrapartida, tomando-se o rio Negro como divisória geopolítica do dualismo sul-norte, entre a Argentina e o Brasil, podemos justificar a existência do Uruguai como Estado-Tampão. Nesse dualismo, vemos que a cada cidade argentina na linha do rio Uruguai, corresponde uma cidade uruguaia; do mesmo modo que a cada cidade brasileira corresponde uma uruguaia, na fronteira mais tipicamente linha que possuímos em todo o continente.

Hoje, procurando minimizar o centripetismo de Buenos Aires, atrai o Uruguai um projeto bem arrojado do ponto de vista brasileiro — o superporto no corredor de exportação do Rio Grande. Envolvido por este corredor de exportação, o Rio Grande do Sul se constitui na região geopolítica chave, exercendo por seu dinamismo, inegável influência não só no Uruguai como nas Províncias arribenhas argentinas.

O Uruguai é o menor país do continente, com uma área de 186.926 km², equivalendo quase à metade do Rio Grande do Sul (282.184 km²); posicionado entre os dois maiores — Brasil e Argentina — seu proceder é, tanto do ponto de vista geopolítico, quanto geoeconômico, de intensa convivência, contrastando com o Chile, do lado do Pacífico.

f) Isolamento do Chile

Nesga de terra isolada ao longo do Pacífico, o Chile é país essencialmente marítimo, ou, dentro da classificação de Vicens Vives, um núcleo oceânico, que começa num deserto de areia e termina em outro de gelo.

Separado da Argentina pela barreira dos Andes, os remotos interesses do Chile pelo Atlântico só poderiam ser salvaguardados pelas transcontinentais; a que leva o Chile até Buenos Aires, pelo posicionamento, talvez não tenha a importância que possa vir a ter a Santos—Arica, por desembocar em ponto mais estratégico do Atlântico.

É diretriz geopolítica, que enquanto "os núcleos terrestres tendem a abrir uma ampla saída para o mar, inclusive para dominar no oceano, os núcleos oceânicos tendem a buscar um 'hinterland', uma terra firme" (Vicens Vives — Tratado General de Geopolítica — pág. 221). Nessas condições, faixa estreita de terra no Pacífico, autêntico núcleo oceânico, o Chile procurou conquistar seu "hinterland" na Patagônia. Nesse caso, em especial, o Chile, como país do Pacífico, desejava, para fugir ao isolamento que lhe impunha a barreira dos Andes, chegar ao Atlântico. Perdendo a Patagônia para a Argentina, passou a defender a tese do "arco antilhano", através da qual o oceano Pacífico chega até o arquipélago das Geórgias do Sul em pleno Atlântico. No entanto, o temporário afastamento do Chile com relação ao Atlântico data da partilha da Terra do Fogo; no Tratado de 1881 ficou determinado, entre outras coisas, o seguinte: "o Chile não pode pretender nenhum ponto sobre o Atlântico, como a Argentina não pode reivindicar pontos sobre o Pacífico".

Foi este princípio bioceânico que a Argentina invoca para contestar o laudo britânico que deu ganho de causa ao Chile no canal de Beagle, e sua conseqüente chegada ao Atlântico pelo extremo meridional.

Dominando esse canal, o Chile passará a controlar as três únicas vias de acesso marítimo natural entre o Atlântico e o Pacífico. Controlando Beagle, Magalhães e Drake, passará a gozar de situação geoestratégica importante com relação não só ao continente sul-americano, como também com respeito a Antártica Americana.

As pretensões em Beagle, bem como a nova situação política no Chile com a queda de Allende, voltaram esse país para o Atlântico, e sobretudo para o Brasil. Conosco a aproximação é, em especial econômica, pelo menos no momento, já que o Brasil se interessa pelo cobre chileno e o Chile por máquinas e café brasileiros. A existência de fronteiras comuns entre o Brasil e o Chile levou o diplomata Ciro de Freitas Vale a glosar o fato, afirmando que há entre os dois países "uma tradição de amizade sem limites".

g) A Presença do Brasil

No âmbito continental, por seu espaço e posição, não podemos considerar o Brasil como um corpo estranho a todo o continente. Ocupando quase a metade do espaço territorial sul-americano — 47,3%, posiciona-se em larga porção oriental do Atlântico Sul.

O nosso total de fronteiras (23.086 km) se reparte entre os 15.719 km de limites terrestres e 7.367 km de litoral. No conjunto brasileiro 18% da extensão territorial são formados pela faixa de 250 km que acompanha o litoral, 42% se encontram entre 250 km e 1.000 km do litoral, os restantes 40% se encontram além dos 1.000 km. Tais porcentagens comprovam ser o Brasil, um país do tipo marítimo. País do tipo marítimo, de notória importância com relação a sua extensão — sobretudo por seu posicionamento no Atlântico Sul. Neste quadro, conclui o general Ramon Cañas Montalva, leva desvantagem a Argentina "que fica numa das posições de menos significação, colocada numa espécie de ângulo morto de um oceano" (Argentina versus Chile — A Defesa Nacional — nº 548 — março de 1960).

Articula-se grosso modo com os Andes de onde recebe o empuxo das forças continentais e com as duas grandes bacias fluviais tributárias do Atlântico: a amazônica e a Platina.

Com um espaço imenso e diversificado, as nossas diretrizes geopolíticas nacionais devem-se ater ao princípio básico de que para dominá-lo efetivamente, temos que nos dedicar à obra colossal de nos integrarmos e absorvermos nossas áreas geopolíticas neutras. Com regionalismos, mas sem cantonalismos, formado por três ilhas econômicas, o Brasil procura integrar o nosso "hinterland" subdesenvolvido, formado sobretudo pelas regiões Norte e Centro-Oeste. Integração de cará-

ter geoeconômico, contando com a grande vantagem destacada por Jacques Lambert: "se a América Andina é cada vez mais uma América Indígena, e a América da Prata, cada vez mais uma América Européia, o Brasil constitui uma América Brasileira, de predominância européia acentuada, conquanto original" (Os Dois Brasis — pág. 28).

Enquanto a América Espanhola está dispersada e dividida politicamente, o Brasil tem sobre ela a vantagem da unidade. Assim sendo, embora a América Portuguesa esteja reduzida unicamente ao Brasil, a América do Sul não é nem mesmo, principalmente, uma América Espanhola. Mesmo que se reúnam aos países espanhóis da América do Sul os da América Central, o Brasil se destaca ainda por cobrir 40% da superfície e englobar 35% da população.

Com seus ecúmenos estatais distanciados por largas zonas geopolíticas neutras, vivem o Brasil e seus condôminos do continente sul-americano de costas uns para os outros. Nessas condições, envolvendo e envolvido pelo continente, as nossas diretrizes geopolíticas continentais procuram transformar o Brasil numa espécie de plano-piloto tomando como base a integração: ferroviária, rodoviária e energética.

Os diversos setores da costa brasileira em concordância com as nossas regiões naturais conferem ao nosso país o caráter eminentemente atlântico. Integrando-nos dentro de nós mesmos e integrando-nos ao continente faremos pesir mais a "gangorra" para o lado do Atlântico, oceano de navegação intensiva, com vantagem, pois, sobre o Pacífico, de navegação extensiva. Concluímos, que as nossas diretrizes geopolíticas tanto no âmbito nacional como no continental seguem a chamada política do envolvimento ou "rinland" de Spykman.

Quer sob o ângulo puntiforme, quer sob o ângulo difundente, no plano geopolítico global é incontestável o nosso "destino manifesto" no Atlântico. "Considerando-se o leque de projeção de nossa costa, alcançando o Caribe, as ilhas portuguesas e espanholas do Atlântico ao sul do paralelo de Gibraltar; toda a vertente atlântica da África; a Antártica e os nossos tradicionais vizinhos continentais do sul; chegamos a conclusão que o Atlântico nos assegura uma articulação direta com cerca de 50 países, a terça parte dos membros da ONU. E uma articulação indireta com o resto do Planeta. Esta é uma visão renovada do panorama geopolítico que gravita em torno do Atlântico Sul, onde a presença de 20 novos Estados cada dia se afirma mais no cenário" (Gen. Meira Mattos — A Geopolítica das Projeções do Poder — pág. 88).

h) Conclusão Geral

Numa análise conjuntural dos países do Cone Sul, os mais diretamente ligados ao Atlântico, podemos, na atualidade, concluir:

- Nenhum dos regimes militares ou semimilitares do Cone Sul renuncia aos horizontes ocidentais, considerando-se como baluartes contra a penetração comunista.

- As nações do Cone Sul cerram sempre fileira cada vez que se discutem temas como direitos humanos e segurança regional. Na recente reunião da OEA, no início de 1977, em Santiago do Chile, o Cone Sul votou em uníssono, impedindo qualquer sanção contra o país anfitrião.
- A subvenção organizada perdendo, em grande parte, terreno nos países do Cone Sul se deslocou para o norte, onde estão os ditos regimes "mais abertos" do continente. Nessas condições, as relações interamericanas se detérioram, visto que a convivência entre o norte dito "liberal" e o sul "conservador" torna-se mais difícil. Podemos citar como exemplos mais recentes os rompimentos ou esfriamento de relações entre o México-Chile, México-Argentina, e Venezuela-Uruguai.
- À polarização entre o dito "liberalismo" dos Estados Unidos e os regimes militares do Cone Sul, veio se acrescentar uma nova tensão no continente. Suspensa a ajuda militar ao Chile, Argentina e Uruguai, o Brasil a eles se associou fazendo caducar o Acordo de Assistência Militar que tínhamos com os Estados Unidos (março de 1977).

O Cone Sul foi, assim, abandonado pelos Estados Unidos como foram o Vietnã e Angola. O que já não ocorre com a Rússia, defensora incondicional dos regimes que se colocam sob sua proteção. Nessas condições cabe aqui uma pergunta — suspendendo o fornecimento de armas para o Cone Sul, o que acontecerá aos Estados Unidos se vier a precisar de uma mobilização no continente?

- O Cone Sul domina estrategicamente o Atlântico Sul em sua parte ocidental. Até bem pouco tempo, o Atlântico Sul era um oceano esquecido no teatro potencial de operações. Hoje porém, a situação mudou com a África Atlântica caindo na "pinça soviética" e o sucesso da Doutrina Gorshkov de facilidades navais. Nesta conjuntura os países do Cone Sul e, mais destacadamente o Brasil, considerando-se baluartes da retaguarda do sistema ocidental pretendem fazer valer suas posições.

Baluartes de um Atlântico que deve ser considerado como um todo e não isoladamente. Parece-nos que muito recentemente os Estados Unidos resolveram pensar neste todo com mais seriedade, pois na reunião dos países-membro da OTAN realizada em 30 de maio de 1978, Carter afirmou em discurso: "A Aliança Atlântica não deve limitar suas atividades à Europa porque nos últimos anos o poder soviético se expandiu para além da área do Atlântico Norte".

Este fato é sobretudo incontestável no conjunto do Atlântico Sul, se levarmos em conta que hoje, os cubanos, combatentes internacionalistas se orgulham de haver demonstrado que têm capacidade, como disse Fidel Castro, "de marchar para um lugar remoto e lutar ali, como se estivessem em seu próprio país".

O mundo Atlântico de hoje não corresponde mais ao que foi organizado militarmente há trinta anos atrás; as mutações foram tão profundas, que urge constituir as bases para uma nova geopolítica.

3. BIBLIOGRAFIA

- Le Monde Atlantique — Claude Dermas
- El Factor Geográfico en la Política Sudamericana — D. Carlos Badia Malagrida
- Tratado General de Geopolítica — Dr. J. Vicens Vives
- La Géographie de l'Histoire — Jean Brunhes et Camille Vallaux
- Curso de Geopolítica Geral e do Brasil — Everardo Backheuser
- Os Dois Brasis — Jacques Lambert
- Geopolítica do Brasil — Lysias A. Rodrigues
- Projeção Continental do Brasil — Mario Travassos
- Geopolítica do Brasil — Golbery do Couto e Silva
- A Geopolítica e as Projeções do Poder — General Meira Mattos
- Brasil — Geopolítica e Destino — General Meira Mattos
- La Política Imperialista del Brasil — Vicente G. Quesada
- A Terceira América (Ensaio sobre a Individualidade Continental do Brasil) — Nestor dos Santos Lima
- América Latina — Jacques Lambert